

A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)

BRAGA, Priscila do Nascimento - UEPA
SOUZA, Andréia Verçoza - UEPA
SILVA, Ana Carla do Vale- UEPA
SILVA, Rosilene Ferreira Gonçalves - UEPA

RESUMO

INTRODUÇÃO: O presente artigo aborda a respeito da acepção do termo educação não formal e da pedagogia social, com foco na atuação do pedagogo no Centro de Referência da assistência Social - CRAS. Objetiva mostrar os projetos desenvolvidos e como o pedagogo atua neste “novo” espaço revelando seus desafios e dificuldades na formação social dos sujeitos envolvidos. **METODOLOGIA:** A metodologia da pesquisa baseou-se em pesquisa de campo e revisão da literatura. A pesquisa foi realizada no CRAS, situado em um bairro de periferia da região metropolitana de Belém-PA em que atende pessoas em vulnerabilidade e risco social. **RESULTADOS:** Os resultados nos permitem inferir que é de extrema importância a presença deste profissional neste espaço popular, pois contribui na vida dos sujeitos beneficiados pela ação pedagógica. **CONCLUSÃO:** As questões aqui apresentadas contribuirão para ampliar o debate sobre o *locus* de atuação do pedagogo social neste “novo” espaço de educação não formal.

Palavras-chave: Pedagogia Social. Educação Não Formal. Assistência Social

1 Introdução

Observamos na atual conjuntura do sistema educacional as mudanças pertinentes no currículo e curso de pedagogia, levando em consideração aos diversos ambientes, os quais a educação está atuando. Esse ‘novo’ espaço educacional, fora da sala de aula, levantou indagações e surpreendeu os agentes que estavam inseridos neste contexto de educação não formal.

Pois esta educação, não formal, está regada de transformações e modificações ajudando a melhorar a situação de miséria, em diversos campos, a qual a educação da sociedade se encontra, promovendo o acesso daqueles que são vistos como excluídos, contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária.

Segundo Freire (2000) a educação deve ser usada como um instrumento de mudança no mundo que torna a se transformar sucessivamente, pois este processo não finaliza e leva ao desenvolvimento de um espírito crítico o qual não deve ser deixado de lado ou até mesmo esquecido após essas transformações para que sejam evitadas novas opressões.

O conceito de educação sofreu alterações ao longo do tempo o qual não se restringe mais aos espaços escolares formais começando a atuar fora dos muros da escola para diferentes e diversos ambientes de acordo com Libâneo (2005):

De fato, vem se acentuando o poder pedagógico de vários agentes educativos formais e não-formais. Ocorrem ações pedagógicas não apenas na família, na escola, mas também nos meios de comunicação, nos movimentos sociais e outros grupos humanos organizados, em instituições não-escolares. Há intervenção pedagógica na televisão, no rádio, nos jornais, nas revistas, nos quadrinhos, na produção de material informativo, tais como livros didáticos e paradidáticos, enciclopédias, guias de turismo, mapas, vídeos e, também, na criação e elaboração de jogos, brinquedos. (LIBÂNEO, 2005, p. 27).

Para Brandão (1985) a educação está em toda parte segundo ele:

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. (BRANDÃO, 1985, p.07).

Percebemos que esta educação não formal se dá de diferentes maneiras, práticas, em diferentes ambientes e por mais que para algumas pessoas este seja ainda um espaço educacional misterioso e conseqüentemente ignorado, ele nos traz contribuições desmedidas, pois leva o ser humano, que participa desta educação interventiva, a um lugar

que jamais imaginou ser trilhado, deixando seu lugar de excluído e marginalizado para caminhar em novos rumos, possibilitando assim seu crescimento social e profissional.

Dentro dessa perspectiva, o papel transformador e de intervenção da escola e da educação social, na educação dos sujeitos desfavorecidos socialmente, tem suas contribuições de modo gradativo ao passo que faz com que esses atores sociais estabeleçam uma relação de confiança com seus orientadores educacionais possibilitando uma reafirmação que todos têm direito a educação e a uma educação de qualidade propiciando para a emancipação da sociedade. Como nos ensina Roggero (2008):

O que se defende aqui é que a escola faça sua autocrítica para avançar na perspectiva da superação de suas contradições e cumprir um papel social para além de aparelho ideológico do capital. Que ela não se isole como se não enxergasse o que acontece ao seu redor. Que ela não seja tão permeável que se torne uma instituição amorfa e sem significado. Que ela se configure como um ambiente humano para a formação de humanos, aproveitando todas as possibilidades ambientais que possam servir a isso (e não somente o contrário). Que aqueles que fazem a escola não abram mão de seu papel de educadores e de sua responsabilidade com as novas gerações, nutrindo a auto reflexão dialética sobre aquilo para que foram formados: a educação de um ser integral (e não um ser idealizado), como maneira de trabalhar pela preservação da humanidade. (ROGGERO, 2008, p.71).

2 Reflexões sobre a Educação Não Formal e a Pedagogia Social

Segundo Gadotti (2005) a educação, hoje, é tratada como uma mercadoria e o Estado está cada vez mais omissivo ao assumir seu dever em garantir esse direito aos cidadãos da educação pública. Com a “mercantilização da educação” só se permite o acesso daqueles e daquelas que poderão pagar por este direito surgindo, conseqüentemente, várias “indústrias do conhecimento” com variados pacotes e preços para todos os gostos. Os donos dessas empresas entram em acirradas disputas movidas pelo “marketing educacional” vendendo a educação como se vende sabonete.

E nesta perspectiva que discutiremos a cerca da educação não formal como forma de tentar fugir desse espaço mercantilizado onde só quem adentra são pessoas que podem pagar por um direito que devia ser oferecido com qualidade pelo estado, pois a educação como todos nós educadores sabemos é um direito que privilegia a todos e que nos serve de base para possamos progredir pessoalmente e profissionalmente possibilitando a nós desfrutar de direitos que nos lhe compete na sociedade.

Segundo Gadotti (2005) o conceito de educação sustentado pela Convenção dos Direitos da Infância excede os limites da educação formal de ensino visto que esta

educação, fora da escola, reuni a experiência de vida e os processos de ensino-aprendizagem não formais da criança.

Essa educação fora da escola por mais que ainda seja vista de forma diferenciada por alguns profissionais por não ter em seu bojo uma oficialização em sua organização e suas práticas, porém devemos lembrar por mais que não tenha toda uma intensa burocratização como as escolas regulares esta educação tem suas regras e limites que são respeitadas por todos os sujeitos da qual fazem parte.

Gadotti (2005) considera que a educação não formal, diferentemente da formal, é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática. Segundo ele os programas que são executados nesta educação não são sequencialmente seguidos não são hierárquicos de “progressão”, podendo ter duração variável, como também, podem ou não fornecer certificados de aprendizagem.

Os espaços de realização desta educação são múltiplos e a diversos públicos, dentre eles, podemos citar alguns como: Ong's (Organizações Não Governamentais), igrejas, sindicatos, mídias, associações de bairros e etc. E seu objetivo é principalmente ensinar cada um de acordo com seu tempo e esta educação cumpre seu papel flexível e comunitário em relação aos sujeitos envolvidos respeitando o tempo de cada um.

Não queremos aqui nos opor a educação formal, mas enaltecer outros espaços os quais se pode fazer educação sem tanta burocratização e sistematização com a escola regular. Pois estes espaços precisam ser reconhecidos e reafirmados como também considerados e absolvidos no entendimento dos profissionais como um espaço de trocas de experiências muitas vezes deixadas de lado no espaço formal por não termos, como profissionais da educação, tempo ao realizar esse troco devido estarmos arrolado de conteúdos para ser repassados a esses alunos.

A Pedagogia Social, como uma das formas de desenvolvimento da Educação Não Formal, surgiu em um momento de crise na Europa no final do século XIX devido aos grandes acontecimentos que surgiram como a revolução industrial, revolução francesa e a primeira guerra mundial. E veio para reparar os danos causados por esses impasses sociais, tais como, desemprego, crise econômica, surgimento dos grupos marginalizados, entre outros.

Um dos pioneiros nesta causa do surgindo da pedagogia social foi Paul Natorp publicando em sua obra intitulada de “*Pedagogia Social: Teoria da Educação e da vontade sobre a base da comunidade*” que vem abordar a contraposição ao individualismo

da época. Segundo ele o individualismo foi o elemento precursor dos conflitos sócio-políticos na Alemanha e que a educação estaria atrelada à comunidade e não somente aos indivíduos.

O conceito de pedagogia social se expandiu relacionando a educação fora da família e da escola compreendendo uma tarefa educativa social e estatal em que sua prática vai além do ambiente familiar e escolar.

Devemos entender a pedagogia social como uma ciência pedagógica da inadaptação social que defende uma educação para a democracia onde envolve uma gama de sujeitos como a: família, escola, igreja, estado, governo, magistratura, exército, associações culturais e profissionais, rádio, televisão e demais meios de comunicação como parte da realidade social e seus participantes, permitindo dessa maneira a interação de pedagogia e sociologia.

No Brasil introduziu-se a pedagogia social a partir da educação não formal, como um conjunto de processos, meios e instituições específicas organizadas em funções de objetivos explícitos de formação ou instrução que não estão diretamente vinculados à obtenção de graus próprios do sistema educativo formal.

Na década de 1960 destacaram-se modelos de educação popular com uma abordagem teórica desenvolvida por Paulo Freire para a educação de adultos que foi difundida e influenciou campanhas de alfabetização. Pois se tratava de uma teoria de acolhimento do oprimido, de uma pedagogia “não autoritária” e de não imposição da educação com o objetivo de “conscientização” da transformação social.

Assim, ao analisarmos a Pedagogia Social, identificamos a preocupação com a inclusão social. Uma atenção aos marginalizados e aos desvalidos, abandonados pelo sistema que a passos largos se fez excludente, revelando suas contribuições e desafios protagonizados pelos educadores e sujeitos que fazem parte dessa educação social.

3 Atuação do pedagogo na questão social: A experiência no CRAS

A existência da Pedagogia se dá como área do conhecimento cuja especificidade é realizar uma reflexão global e unificadora da realidade da Educação. A Pedagogia social não se alude somente a educação, em um formato tradicional e à educação individual, mas a educação do homem que vive em sociedade. A comunidade indica toda ação educativa. Assim, perceber essa relação entre educação, sujeitos e sociedade, é possível que se compreenda esse processo educação/ sociedade na atualidade.

A prática na modalidade de Educação Social demanda um educador com uma formação sólida, ampla e distinta, dos pedagogos que atuarão no Ensino Regular. Porém, isso não significa a preparação do pedagogo para aplicar um currículo dentro de uma instituição social, nem os alunos devem ser vistos como quem deve se adaptar a esse currículo e à educação escolar. Essa educação não é vazia de conteúdo, entretanto o mesmo não é recomendado pela escola, sendo refletido coletivamente pelos educadores sociais, de acordo com as necessidades dos educandos na condição de sujeitos sociais.

O Pedagogo e o Educador Social são profissionais semelhantes, suas práticas de baseiam em elementos e objetivos similares apesar da formação e linha de atuação serem diferentes. Logo, a Educação Social abrange o contexto do indivíduo, as diversas experiências de vida dos educandos.

O educador social se situa como um profissional com muito conhecimento e aprofundamento de saberes que sustentam sua prática como pedagogo, sua prática mais do que transmitir conteúdos auxilia os educandos junto à comunidade a refletir sua condição pessoal e a social e a transformar a sua vida e da comunidade que está inserido.

As Diretrizes Curriculares Nacionais, para o Curso de Pedagogia, em “Finalidade do Curso de Pedagogia”, destacam que:

A educação do pedagogo deve propiciar estudos de campos do conhecimento, tais como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural, para nortear a observação, análise, execução e avaliação do ato docente e de suas repercussões ou não em aprendizagens, bem como orientar práticas de gestão de processos educativos escolares e não escolares, além da organização, funcionamento e avaliação de sistemas e de estabelecimentos de Ensino.

O documento se articula sobre o perfil e as competências desse profissional:

[...] atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária; trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo; identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e prepositiva em face de realidades complexas, com vista a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras.

Carvalho e Batista (2004, p. 25) afirmam, ainda, que o Educador Social deve observar o conhecimento científico, a capacidade reflexiva das diversas situações de um contexto social:

A formação das competências de um (a) educador (a) social exige, em conformidade, uma sólida preparação de alguns domínios das ciências da educação em íntima conjugação com o estudo dos comportamentos individuais e coletivos e uma sólida cultura geral. Estes vetores deverão alicerçar, no seu conjunto, as capacidades de interpretação e de avaliação de situações e de

atitudes, de exercício pragmático da solidariedade interpessoal e de interpelação crítica e criativa das políticas e das práticas sociais, protagonizadas pelas sociedades e pelas pessoas.

O educador social trabalha para promoção, crescimento e o desenvolvimento dos sujeitos, independente do ambiente no qual o indivíduo está inserido.

3.1 História do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS

A origem da Assistência Social, no Brasil, tem início na filantropia e solidariedade religiosa. No século XX, os sociais democratas brasileiros, e alguns membros socialistas, entendiam que o Estado deveria se responsabilizar em produzir serviços sociais de qualidade, ainda que com a vigência do sistema econômico capitalista. Assim, sob a ditadura do Estado Novo, Getúlio Vargas, cria em 1938, pelo Decreto-Lei nº 525, o Conselho Nacional de Seguro Social, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde. Em 1942, o então presidente cria a Legião Brasileira de Assistência, que passou a ser presidida pela primeira dama Darcy Vargas. No início, as ações da LBA eram voltadas a atender as famílias dos pracinhas combatentes da 2ª Guerra Mundial, caracterizando-se por um atendimento materno-infantil.

As políticas sociais do Brasil, no governo de Getúlio Vargas (1930-1945), tiveram um caráter agregação dos trabalhadores, em benefício de um consenso entre classes e do desenvolvimento capitalista.

Após a Constituição de 1988, se inovam os aspectos essenciais da Assistência Social, marcando historicamente a importância desta política como direito, ocorrendo uma alteração das normas e regras centralizadoras e distribuição as competências entre União, Estados e Municípios, junto ao Distrito Federal, estimulando maior participação das coletividades. Esta Constituição ao mesmo tempo em que encerra uma legislação formal, inicia um processo de consolidação de uma nova assistência social:

A Constituição de 1988, diferente da anterior de 1934, que referenciava a Assistência Social apenas em uma parte do capítulo sobre a "Ordem Econômica e Social" (Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1934), discutindo sob forma de princípios de fins de Estado, de cunho genérico e valor politicamente condicionado, passa a dedicar um Título inteiro sobre a "Ordem Social", e especifica os direitos sociais oferecidos à educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, e assistência aos desamparados (Angelim, 2002).

A partir da Constituição de 1988 surge, em 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS - 8742/93, que passa a regulamentar o SUAS. A LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social n. 8.742, 1993), mais do que um texto legal, alude-se a um conjunto de

ideias, concepções e direitos, introduzindo uma nova maneira de pensar a Assistência Social, mudando seu status legal e político:

Dessa forma, o SUAS é uma Política Pública da Seguridade Social, extremamente recente, que está em processo contínuo de construção, entendendo-se por Políticas Públicas "o conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda, em diversas áreas" (Guareschi, Comunello, Nardini, & Hoenisch, 2004, p. 180).

O SUAS estabelece dois níveis de proteção social: básica – de caráter preventivo – e especial – quando ocorre violação de direitos. E dentro da Proteção Básica do SUAS se encontra o CRAS. Que em cada município deve identificar o(s) território(s) de vulnerabilidade social e nele(s) implantar um CRAS, de forma a aproximar os serviços dos usuários. O CRAS deve ser instalado próximo ao local de maior concentração de famílias em situação de vulnerabilidade.

3.2 Atuação do pedagogo no CRAS

O pedagogo pode e deve atuar em várias áreas, a partir do momento em que ele se permite conhecer e vivenciar os vários segmentos da educação, este, surge com a responsabilidade de contribuir com as práticas sociais referentes às demandas socioeducativas. Desse modo, Libâneo explicita que:

O pedagogo é um profissional qualificado para atuar em vários campos educativos, atendendo as demandas socioeducativas decorrentes de novas realidades, novas tecnologias, mudanças nos ritmos de vida, a presença nos meios de comunicação e informação, dentre muitas áreas que requerem a contribuição do pedagogo. (LIBÂNEO, 1999, p. 30-31)

O pedagogo no CRAS atua atendendo grupos de crianças, adolescentes e idosos em situação de vulnerabilidade social, ociosidade e desestruturação familiar, oferecendo apoio necessário à superação dessas dificuldades, através de um atendimento especializado que visa garantir uma emancipação social. Tendo o objetivo de prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições do fortalecimento de vínculos.

Tendo como esse objetivo, o plano de ação do CRAS-BARREIRO tem como público-alvo grupos que estão em situação de vulnerabilidade social, tais como:

[...] famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclo de vida; identidades estigmatizadas em termos étnicos, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultantes de deficiência; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso a demanda política pública; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal ou informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (CNAS, 2004, p. 18-19)

O pedagogo juntamente com outros profissionais de diferentes áreas atua como os principais responsáveis pelas atividades que trabalham os valores “perdidos”, promovendo nos grupos atendidos o resgate da autoestima, convivência familiar e social. Assim, trabalham especificamente a questão do fortalecimento de vínculos.

As atividades sempre trabalham as necessidades dos grupos, com o objetivo de intervir nas condições que os sujeitos se encontram, muitos vivem em áreas carentes e de riscos, com elevado índice de vulnerabilidade. Assim, o educador social executa sua prática pedagógica promovendo a socialização dos sujeitos de diversas faixas etárias.

O pedagogo no CRAS, na tentativa de buscar que os sujeitos sejam capazes de perceber que são protagonistas de sua história, procura torna-se um agente de transformação, através de trabalhos socioeducativos e de Convivência.

Esse educador favorecer as interações sociais, construção de diálogos e de reflexos, momento de diversão e de troca de conhecimentos, valores e culturas. Nessa perspectiva, ele trabalha auxiliando na construção e na caminhada de cada indivíduo, não proporcionando uma simples forma de aquisição de conhecimentos prontos e inacabados. (ROMANS, PETRUS, TRILLA, 2003).

Para que o trabalho se concretize, o Pedagogo deve buscar a reflexão sobre a realidade de cada sujeito que por meio da formação de grupos socioeducativos e de convivência, pode oportunizar espaços de interação grupal, prática cidadã, criatividade, protagonismo, diálogo, respeito, solidariedade, comprometimento, autoestima, liderança e crescimento profissional, despertando nos participantes novos olhares críticos em relação à sociedade e a sua própria atuação como cidadã.

Assim, o sujeito se tornara capaz de analisar e transformar o espaço em que esta inserida, percebendo então a importância do diálogo, da participação grupal, da vivência em sociedade e de seus comportamentos em relação a sua existência.

O Pedagogo no CRAS aborda temas geradores que centraliza o processo de aplicação das atividades, tendo como exemplo a alimentação saudável, higiene, respeito, solidariedade, prevenção às drogas, família, direitos e deveres das crianças e dos adolescentes, cidadania, folclore, interação grupal, dentre outros itens que podem ser trabalhados tanto com as crianças e adolescentes, quanto com os idosos.

A atuação do Educador Social é muito importante no CRAS, pois é aquele que desperta em seus participantes a consciência de que são seres humanos que merecem respeito, dignidade, segurança, amor e dedicação. Por meio de ações efetivas, os sujeitos

irão se sentir capazes de realizar conquistas pessoais, profissionais e sociais, uma vez que haverá o reconhecimento enquanto cidadão de direito.

Esse profissional deve ficar atento às articulações que irá trabalhar sua primeira preocupação e a respeito da faixa etária dos grupos, não podendo trabalhar certos temas geradores em grupos de faixa etária menor, por isso a necessidade de dividir os grupos em situações de riscos, e outros que estão propícios a vulnerabilidade.

No atendimento aos grupos sociais do CRAS é necessário que haja uma equipe multiprofissional que junto ao educador social que esteja trabalhando no auxílio do resgate à cidadania, no fortalecimento de vínculos familiares, no enfrentamento ao abuso sexual, entre outros. No entanto, no CRAS-BARREIRO, esse trabalho de ação conjunta com outros profissionais é deficiente, pois, falta o profissional na área de psicologia. Sociologia etc. A outra problemática refere-se ao espaço físico inadequado para o desenvolvimento de todas as ações do CRAS.

O Educador Social precisa ser dedicado e comprometido com as ações desenvolvidas no CRAS e estar preparado, não apenas, para realizar atividades socioeducativas e convivência de qualidade, mas deve principalmente está pronto para enfrentar novos desafios, ciente que estará se envolvendo em problemas sociais que não se resolverão rapidamente, mas sim, com um constante trabalho bem fundamentado, criativo, crítico e reflexivo. O pedagogo Social não deve se deixar abater pelas dificuldades de atuação, e sim superar os obstáculos.

4. Considerações Finais

Podemos perceber nas experiências que tivemos com a pesquisa no Centro de Assistência Social- CRAS, que o papel do pedagogo nesta assistência é de extrema relevância, visto que este profissional atua fortalecendo vínculos, valores e atitudes, dentre outros. E que sua principal função está em resgatar esses sujeitos da vulnerabilidade e riscos sociais os quais estão à mercê.

No campo pedagógico a atuação na área educacional não é nada fácil, várias são as dificuldades enfrentadas pelos docentes. Na pedagogia Social, o educador atua nas ações de construção e fortalecimento dos vínculos através de temas geradores que precisam ser articulados por parte, em grupos pequenos e com faixa etária adequada. É um desafio ao profissional de pedagogia trabalhar com crianças, adolescentes e idosos que estão em situação de risco, morando em ambientes totalmente vulneráveis.

Assim, nos deparamos com uma realidade que ainda precisa progredir em relação a esta área da pedagogia, pois a educação não formal que é praticada nesses ambientes ainda precisa de um olhar mais atento e diferenciado. Destaca-se, ainda, a necessidade de maiores investimentos em infraestrutura e tecnologia para que a equipe envolvida tenha melhores condições de trabalho.

REFERÊNCIAS

- AGAZZI, A. **La Pedagogia Sociale como teoria e prassi dela società educante.** Pedagogia e Vita. n.1.1974.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 05/10/1988. Atualizada até a Emenda da Constitucional n. 17, de 22/11/1997. São Paulo, Saraiva.
- BRANDÃO, C.R. **O que é educação.** São Paulo: Abril Cultura; Brasiliense, 1985.
- CAVALCANTE, R.(et All). **A Pedagogia além da Educação Formal.** 2009.
- CARVALHO, A. D. e BAPTISTA, I. **Educação Social: fundamentos e estratégias.** Portugal: Porto, 2004.
- CNAS, **Política Nacional de Assistência Social,** set. 2004. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, set. 2004.
- CARIDE GOMES, J. A. **Las fronteras de la pedagogia social: perpectivas científica e histórica.** Barcelona: Gedisa, 2005.
- DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O CURSO DE PEDAGOGIA. **Parecer 5/2005. Projeto de Resolução.** Ministério de Educação. Conselho Nacional da Educação. Aprovada em 13 de dezembro de 2005.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: Unesp, 2000.
- GANZELI, P. **A Formação de Estruturas Participativas na Cidade de Campinas/ SP.** Faculdade de Educação/ UNICAMP, dissertação de mestrado, Campinas, SP, 1993.
- GOHN, M.G.M. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações no Brasil contemporâneo.** 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. v.1.192 p.
- LIBÂNEO, J.C. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?.** São Paulo, Cortez, 2005.
- _____. **Pedagogia e pedagogos, para que? .** 2.ed. São Paulo: Cortez,1999.
- MACHADO, E. M. **A Pedagogia Social: Reflexões e diálogos necessários.** In: SILVA, R.; SOUZA NETO, J.C. de; MOURA, R. A.(Orgs.) Pedagogia Social. São Paulo: Expressão e Arte. Editora/ FAPESP/ UNESCO. 2009.
- MACHADO, E. M. **A Pedagogia Social: diálogos e fronteiras com a educação não formal e educação sócio comunitária.** 2008.
- MACHADO, E.M. **Pedagogia e a Pedagogia social: educação não formal.**
- MACHADO, E.M. **Pedagogia social no Brasil: políticas, teorias e praticas em construção.** 2009.

MORAES, C. A. **Pedagogia Social Comunidade e Formação de Educadores: na busca do saber sócio-educativo** IN: <http://www.smec.salvador.ba.gov.br>. Acesso em 02/05/2014.

PIMENTA, S. G. (org). **Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2002.

ROGGERO, R. **Ambientes Físicos e Virtuais na configuração da escola: um outro caminho para pensar a formação do sujeito**. Boletim técnico do Senac: A revista da educação profissional, Rio de Janeiro, v.34, n.2, p.57-71, 2008.

ROMANS, M.; PETRUS, A.; TRILLA, J. **Profissão: Educador Social**. Porto Alegre: Artemed, 2003.

TRILLA, J. **La educación fuera de la escuela. Ambitos no formales y educación social**. Barcelona. Ariel. 1996.